



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



<b>PROCESSO</b>	<b>10930.722976/2013-12</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	3201-011.840 – 3ª SEÇÃO/2ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	17 DE ABRIL DE 2024
<b>RECURSO</b>	VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTE</b>	AGRICOLA JANDELLE S/A
<b>RECORRIDA</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins**

Período de apuração: 01/01/2012 a 31/03/2012

NULIDADE DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA.

As hipóteses constantes no art. 59 do Decreto nº 70.235/72 acarretam a nulidade da decisão de primeira instância. No caso dos presentes autos, o acórdão é omissivo sobre matéria objeto do litígio e prejudica a ampla defesa do contribuinte, devendo ser declarada a sua nulidade e determinada a devolução para novo julgamento.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao Recurso Voluntário, para anular a decisão de primeira instância para que outra seja proferida, abarcando todos os argumentos de defesa encetados na Manifestação de Inconformidade. Este julgamento seguiu a sistemática dos recursos repetitivos, sendo-lhes aplicado o decidido no Acórdão nº 3201-011.827, de 17 de abril de 2024, prolatado no julgamento do processo 10930.722314/2013-42, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado.

(documento assinado digitalmente)

Hélcio Lafetá Reis – Presidente Redator

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Marcos Antonio Borges (suplente convocado(a)), Marcio Robson Costa, Francisca Elizabeth Barreto (suplente convocado(a)), Mateus Soares de Oliveira, Joana Maria de Oliveira Guimaraes, Helcio Lafeta Reis (Presidente). Ausente(s) o conselheiro(a) Ricardo Sierra Fernandes, substituído(a) pelo(a) conselheiro(a) Marcos Antonio Borges, o(a) conselheiro(a) Ana Paula Pedrosa Giglio, substituído(a) pelo(a) conselheiro(a) Francisca Elizabeth Barreto.

**RELATÓRIO**

O presente julgamento submete-se à sistemática dos recursos repetitivos prevista nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 87 do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023. Dessa forma, adota-se neste relatório substancialmente o relatado no acórdão paradigma.

Trata-se de Recurso Voluntário, interposto em face de acórdão de primeira instância que julgou improcedente Manifestação de Inconformidade, cujo objeto era a reforma do Despacho Decisório exarado pela Unidade de Origem, emitido com base no Termo de Informação Fiscal - TIF e no Parecer SAORT/DRF/LON Nº 398/2016, que: i) cancelou o Despacho Decisório emitido com base no Parecer SAORT/DRF/LON Nº 948/2014; e ii) reconheceu direito creditório no valor de R\$ 436.777,91 dos R\$ 679.575,68 pleiteados, relacionado a crédito presumido de Cofins não-cumulativo – exportação, referente ao 1º trimestre 2012.

O Parecer SAORT/DRF/LON Nº 398/2016 explica que foram detectados problemas na base e na ferramenta utilizada para fiscalizar o montante do direito creditório apurado pelo contribuinte. Como consequência, houve comprometimento dos valores concedidos como ressarcimento, conforme Termo de Informação Fiscal (TIF) original. Após a correção, um novo Termo de Informação Fiscal (TIF) foi anexado ao presente processo.

Os fundamentos do Despacho Decisório da Unidade de Origem e os argumentos da Manifestação de Inconformidade estão resumidos no relatório do acórdão recorrido.

A Manifestação de inconformidade foi julgada improcedente e o acórdão nº 103-000.690 foi assim ementado:

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Período de apuração: 01/01/2012 a 31/03/2012

REVISÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

ASSUNTO: COFINS

Período de apuração: 01/01/2012 a 31/03/2012

CORREÇÃO MONETÁRIA. TAXA SELIC. VEDAÇÃO LEGAL.

Por expressa disposição legal, não incide atualização monetária sobre créditos de Cofins e de PIS/Pasep objeto de ressarcimento.

CRÉDITO PRESUMIDO. ART. 8º DA LEI Nº 10.925, DE 2004. RESSARCIMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

O crédito presumido apurado na forma do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, somente pode ser utilizado para dedução do valor do PIS/Pasep e da Cofins apurados no regime de apuração não cumulativa.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido.

Inconformado com a decisão o contribuinte apresentou Recurso Voluntário, reiterando os termos da Manifestação de Inconformidade.

É o relatório.

## VOTO

Tratando-se de julgamento submetido à sistemática de recursos repetitivos na forma do Regimento Interno deste Conselho, reproduz-se o voto consignado no acórdão paradigma como razões de decidir:

O Recurso Voluntário atende aos requisitos de admissibilidade, razão pela qual dele tomo conhecimento.

O presente processo trata de pedido de ressarcimento com compensação declaradas de créditos básicos e presumido de PIS e COFINS do 1º trimestre de 2013.

Inicialmente ao analisar o pedido de ressarcimento a fiscalização havia emitido o Termo de Verificação Fiscal de fls. 505 e seguintes, concluindo pelo reconhecimento parcial dos créditos no valor de R\$ 291.745,54 (duzentos e noventa e um mil e setecentos e quarenta e cinco Reais e cinquenta e quatro centavos), como saldo de seus créditos presumidos de COFINS não cumulativo – Exportação, referentes ao 1º TRIMESTRE 2013 e **negou integralmente os créditos básicos**, sobre insumos adquiridos.

No que se refere aos créditos básicos as glosas foram justificadas e fundamentadas na interpretação de que as aquisições não se caracterizam como insumos, vejamos o que constou no Termo de Verificação fiscal (TIF) original:

49. Com base no conceito acima definido, verificamos no decorrer da análise, dentre os itens que compõem a base de cálculo dos créditos pleiteados pela contribuinte e informados em seus DACON e Memorial de Cálculo, valores relativos a custos/despesas que não dão direitos a crédito de PIS e COFINS, como relatado a seguir.

50. Os gastos acima mencionados, não obstante dizerem respeito a custos/despesas industriais, ao teor do estabelecido na IN SRF nº 247/2002 não se caracterizam como insumos, já que, reiteramos, não são aplicados ou consumidos diretamente na produção, nem sofrem “alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação”.

Dentro desse conceito, as glosadas foram classificadas como: aquisições que não se caracterizam como insumos, aquisição de prestação de serviços não vinculados ao processo produtivo, transferências entre filiais gerando crédito e devoluções não líquidas, com as conclusões que abaixo reproduzo:

#### RESUMO DAS GLOSAS DO PERÍODO

69. Agrupando as glosas efetuadas e subtraindo-as da base de cálculo dos créditos básicos de PIS/PASEP e Cofins:

2013-1T	<b>BC DECLARADA</b>		86.444.490,49
2013-1T	Transferência entre filiais gerando crédito	-	440,00
2013-1T	Depreciação de imobilizado que não é utilizado na atividade operacional	-	5.322,15
2013-1T	Serviço não se enquadra no conceito de insumo	-	791.345,92
2013-1T	Ajuste negativo: devolução de compra	-	772.666,84
2013-1T	Não se enquadra no conceito de insumo	-	210.112,39
2013-1T	<b>BC LÍQUIDA</b>		84.664.603,19

Essas são as considerações a serem feitas acerca do pedido de ressarcimento do crédito básico, sendo oportuno mencionar que houve um novo Termo de Verificação Fiscal (e-fls. 751 e seguintes), que gerou uma revisão de ofício, contudo, **contemplando apenas o crédito presumido**.

Prosseguindo, o contribuinte apresentou Manifesto de Inconformidade (e-fls. 790 e seguintes), destacando que o recurso seria estruturado em duas partes, uma para tratar do crédito presumido e outra para tratar do crédito básico. Ocorre que o acórdão proferido pela DRJ (e-fls. 3760 e seguintes) analisou apenas as alegações acerca do crédito presumido, deixando de apresentar as razões e fundamentos das alegações do manifestante sobre os créditos básicos.

Nesse sentido, o contribuinte apresentou Recurso Voluntário alegando como preliminar de mérito a omissão da DRJ sobre as alegações apresentadas no Manifesto de Inconformidade acerca dos créditos básicos e pediu a nulidade da r. decisão, por cerceamento do direito de defesa, vejamos:

(...)

Em sua peça de defesa, a Recorrente inicialmente deixa claro que sua manifestação de inconformidade fora dividida em duas partes, tendo sido inclusive dispostos os tópicos que seriam tratados em cada uma das partes, senão vejamos:

**2. DA ESTRUTURA DA PRESENTE MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE**

Inicialmente, é pertinente demonstrar que a Manifestante repartirá a presente peça em duas partes. Na primeira, serão demonstrados os fundamentos para a reforma do r. despacho decisório no que diz respeito aos créditos presumidos de PIS/Pasep e COFINS não cumulativos – exportação. Posteriormente, por força do princípio da eventualidade e em virtude da análise realizada pela r. fiscalização, serão tratados os temas afetos aos créditos básicos e aos créditos utilizados para desconto, ficando a peça constituída da seguinte forma:



**PRIMEIRA PARTE**  
**DOS FUNDAMENTOS PARA A REFORMA DO R. DESPACHO DECISÓRIO – DOS CRÉDITOS PRESUMIDOS DAS PRELIMINARES**

- Da nulidade do procedimento de revisão de ofício dos despachos decisórios em prejuízo do contribuinte – Inexistência das hipóteses previstas no art. 149 do Código Tributário Nacional – Ofensa aos princípios da segurança jurídica e da legalidade
- Da nulidade do novo procedimento de revisão de ofício do mandado de procedimento fiscal n.º 09.1.02.00-2013-00422-1
- Da ausência de previsão legal
- Da ofensa aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa
- Da nulidade do processo administrativo fiscal em face da ausência de requisito legal obrigatório
- Da ausência de memória de cálculo que demonstre os valores consolidados pela r. fiscalização, bem como da relação das notas fiscais expurgadas da base de cálculo do crédito presumido do PIS/Pasep e COFINS pautado na Lei n.º 10.925/2004

Página 4 de 68

**DO MÉRITO**

- Do Crédito Presumido De PIS/Pasep E Cofins Não Cumulativo – Previsão Legal das Leis n.º 10.925/2004 e n.º 12.350/2010
- Das Glosas Indevidas Do Crédito Presumido Previsto Na Lei N.º 10.925/2004
- Das Glosas Indevidas do Crédito Presumido Previsto na Lei n.º 12.350/2010 – Apuração da Receita e Rateio Proporcional
- Do direito à atualização monetária sobre os créditos reconhecidos e homologados pela r. fiscalização – Incidência da taxa Selic
- Da ilegalidade dos processos de cobrança n.º 16366.720140/2016-64 e n.º 16366.720141/2016-17
- Da necessidade de suspensão da exigibilidade dos processos de cobrança 16366.720140/2016-64 e 16366.720141/2016-17



**SEGUNDA PARTE**  
**DOS FUNDAMENTOS PARA A REFORMA DO R. DESPACHO DECISÓRIO – DOS CRÉDITOS BÁSICOS E DOS CRÉDITOS PARA DESCONTIO DAS PRELIMINARES**

- Da nulidade do procedimento pela fiscalização de períodos não incluídos no mandado de procedimento fiscal n.º 09.1.02.00-2013-00422-1 – Ausência de transmissão de pedido de ressarcimento
- Da ausência de memória de cálculo que demonstre os valores apresentados pela r. fiscalização – Divergências inexplicáveis quanto a redução da base de cálculo do crédito – Nulidade do procedimento e ofensa ao direito de ampla defesa

**DA PREJUDICIAL DE MÉRITO**

- Da decadência do direito de lançar crédito tributário relativos a períodos anteriores aos últimos 5 (cinco) anos

**DO MÉRITO**  
**Dos Créditos Básicos**

- Do conceito casuístico de insumo na não cumulatividade do PIS/COFINS – Previsão legal das leis n.º 10.637/2002, n.º 10.833/2003 e construção jurisprudencial
- Da inexistência de transferência entre filiais gerando crédito
- Das glosas realizadas no período que reduziram a base de cálculo dos créditos básicos de PIS/Pasep e COFINS não cumulativos

**Dos Créditos Para Desconto**

- Dos créditos para desconto – Da inexistência de procedimento de fiscalização para os créditos de PIS/COFINS compreendidos entre os anos de 2005 a 2009 – Ilegalidade das glosas realizadas pela r. fiscalização

**DOS PEDIDOS**  
**DOS REQUERIMENTOS**

Basta uma simples leitura do r. acórdão recorrido, para observar que a 5ª Turma da DRJ/03 não se manifestou sobre quaisquer um dos tópicos enumerados pela Recorrente na “SEGUNDA PARTE” da manifestação de inconformidade protocolada em 07/06/2016, a qual foi condicionada ao julgamento, como constante no próprio acórdão.

Sendo assim, ante a ausência da apreciação da integralidade dos pedidos da Recorrente em sede de julgamento da Manifestação de Inconformidade, resta evidente que se configurou no presente caso o cerceamento da defesa desta, bem como a demonstração da ausência de motivação do ato administrativo, preterindo o direito de defesa da Recorrente.

(...)

Portanto, ante ao exposto, pede a Recorrente que seja reconhecida a nulidade do r. acórdão proferido pela 5ª Turma da DRJ/03, nos termos do previsto no art. 59, inciso II, do Decreto n.º 70.235/1972, e, por conseguinte, em obediência ao princípio do duplo grau de jurisdição, e sob pena de incorrer em supressão de instância, seja determinado o retorno do processo para a DRJ/03, para julgamento da integralidade do mérito da manifestação de inconformidade apresentada pela Requerente em 07/06/2016.

Pelo que acima foi exposto entendo que assiste razão à recorrente, basta uma leitura da ementa reproduzida no relatório para se verificar que a decisão de piso foi omissa quanto aos créditos básicos, assim como, analisando a decisão como um todo não se verifica qualquer menção sobre o assunto.

As hipóteses de nulidade das decisões em sede de processo administrativo estão elencadas nos artigos 59 a 61 do Decreto n.º 70.235 de 1972, que assim dispõe:

Art. 59. São nulos:

I - os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

II - os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

§ 1º A nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependam ou sejam conseqüência.

§ 2º Na declaração de nulidade, a autoridade dirá os atos alcançados, e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.

§ 3º Quando puder decidir do mérito a favor do sujeito passivo a quem aproveitaria a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta. [\(Incluído pela Lei nº 8.748, de 1993\)](#)

Art. 60. As irregularidades, incorreções e omissões diferentes das referidas no artigo anterior não importarão em nulidade e serão sanadas quando resultarem em prejuízo para o sujeito passivo, salvo se este lhes houver dado causa, ou quando não influírem na solução do litígio.

Art. 61. A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato ou julgar a sua legitimidade.

Na medida em que o contribuinte deixa de ter analisado o seu pleito que foi abordado em sede de Manifesto de Inconformidade, caracterizado esta que sua defesa foi prejudicada e no presente caso não há que se falar em causa madura para julgamento, visto que a fiscalização analisou os créditos básicos sob o prisma da IN SRF nº 247/2002, considerada ilegal pelo RESP 1.221.170/PR.

Dessa forma, com a finalidade de evitar supressão de instância e em respeito ao princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, entendo que a decisão recorrida deve ser anulada para que seja proferido um novo julgamento, que deve analisar os argumentos sobre os créditos básicos, manejados em sede de Manifesto de Inconformidade, considerando ainda o que foi julgado no pelo RESP 1.221.170/PR, o que deu ensejo ao conceito contemporâneo de insumos, bem como em observância as leis de regências 10.637/2002 e 10.833/2003.

Ante o exposto, conheço do Recurso Voluntário, para dar parcial provimento, para anular a decisão de primeira instância para que outra seja proferida, abarcando todos os argumentos de defesa encetados na Manifestação de Inconformidade.

### **Conclusão**

Importa registrar que as situações fática e jurídica destes autos se assemelham às verificadas na decisão paradigma, de sorte que as razões de decidir nela consignadas são aqui adotadas, não obstante os dados específicos do processo paradigma eventualmente citados neste voto.

Dessa forma, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 87 do RICARF, reproduz-se o decidido no acórdão paradigma, no sentido de dar parcial provimento ao Recurso Voluntário, para anular a decisão de primeira instância para que outra seja proferida, abarcando todos os argumentos de defesa encetados na Manifestação de Inconformidade.

(documento assinado digitalmente)

Hélcio Lafetá Reis – Presidente Redator